
1992 e 2016: impeachment sob um olhar semiótico¹

Douglas Meurer KUSPIOSZ²
Silnei Scharten SOARES³

Universidade Estadual do Centro-Oeste, Unicentro

Resumo

Este artigo busca fazer um estudo de como o signo *impeachment* foi utilizado pelo jornal diário *Folha de São Paulo* durante o processo de impedimento do mandato do ex-presidente Fernando Collor de Mello e da ex-presidente Dilma Vana Rousseff; com base nas proposições teóricas de Mikhail Bakhtin e Valentin Volochinov, sobretudo de conceitos como signo ideológico, auditório, situação e enunciação, foi possível perceber como se dá a construção de uma narrativa quase integralmente favorável a ambos os processos, não tendo, necessariamente, uma diferença considerável nas coberturas. A única exceção se dá no impeachment de Dilma Rousseff, onde o signo, que até então possuía uma significação estável, passou a ser objeto de confronto entre grupos ideologicamente opostos, surgindo, assim, a consonância com o signo *golpe*.

Palavras-chave: Impeachment; Folha de S.P; Semiótica; Enunciação

Introdução

Em 1992, o então Presidente da República, Fernando Collor de Mello teve seu mandato interrompido por um processo de impeachment que teve cerca de 75% de aprovação da população⁴. O processo marcou a interrupção com diretrizes legais, mas, visivelmente motivado politicamente, do primeiro mandato democraticamente eleito após o período da Ditadura Militar (1964-85). “Em setembro, a Câmara dos Deputados autorizou por ampla maioria a abertura do processo de impeachment, em meio a uma onda de manifestações populares que demandavam isso no Congresso [...] também isso foi comemorado como um sinal de força da democracia brasileira” (JÚNIOR/CASARÕES, 2011, p.163-64)

Collor sofreu um abandono até mesmo de sua base aliada, o que, de acordo com Sallum Jr. e Casarões (2011), teria sido resultado de uma falta de capacidade de negociar politicamente, o que, em tese, garantiria alguma estabilidade para seu governo. Isso reflete-se, por exemplo, no número de parlamentares que foram favoráveis ao

¹ Trabalho apresentado no IJ 1 – Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 15 a 17 de junho de 2017.

² Estudante de Graduação em Jornalismo pela UNICENTRO, e-mail: douglasmeurer@outlook.com

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da UNICENTRO, e-mail: silnei@unicentro.br

⁴ Antes de o processo ser aceito pelo presidente da Câmara, de acordo com dados do Datafolha, 70% da população defendia o afastamento de Collor; após o processo ser aceito, esse número subiu para 75%. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1714709-apoio-ao-impeachment-de-collor-apos-pedido-ser-aceito-era-de-75.shtml> acesso em 13/05/2017.

processo de impeachment. “[...] afinal, foi uma Comissão *Parlamentar* de Inquérito que investigou as acusações contra seu tesoureiro de campanha [...] mais de dois terços da Câmara dos Deputados permitiram seu julgamento pelo Senado; e a quase totalidade de senadores [...] votou pelo impeachment” (JÚNIOR/CASARÕES, 2011, p.169). Posteriormente (ainda em 1992), isso resultaria no fim do governo Collor, trazendo seu vice, Itamar Franco (PMDB) à Presidência.

Em 2016, Dilma Rousseff também teve seu mandato interrompido. No relatório aprovado pela Comissão da Câmara, de autoria do deputado Jovair Arantes (PTB-GO), a justificativa legal para o impedimento do mandato da petista seria a prática de crime de responsabilidade, o que, segundo a própria Câmara não é, a rigor, um crime, mas uma “infração de teor político”.

Leva-se, ainda, em consideração as peculiaridades de cada um dos processos de impedimento, respectivamente, por exemplo, o fracasso político de Collor e a acusação de que o impeachment da ex-presidente Dilma foi um golpe orquestrado pelos políticos de oposição e pelos veículos de comunicação de massa⁵. Além disso, a assertividade com que a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), representante da classe empresarial do estado, posicionou-se a favor do impedimento do mandato de Dilma reforça a ideia de que os empresários também integram o grupo de “golpistas”.

Tendo agora em mente essas narrativas sobre os impedimentos de Collor e Dilma, o que propomos com este artigo é uma visão semiótica sobre o papel dos veículos de comunicação na valoração do impeachment. Fazendo um recorte do jornal diário Folha de São Paulo, que possui circulação e influência em âmbito nacional, o que buscamos é perceber como o signo ideológico *impeachment* é dotado de valor de acordo com o cenário político onde é posto, sendo, por exemplo, associado ao signo ideológico “golpe”, que permeou os enunciados governistas durante o processo e de quem era contrário ao impedimento do mandato da ex-presidente Dilma.

Para isso, temos como base teórica os conceitos de Mikhail Bakhtin e Valentin Volochinov acerca da construção da enunciação, sobretudo em como o signo ideológico é valorado ideologicamente, e como o auditório e a situação influenciam diretamente

⁵Bianca SANTANA (SOUZA et al, 2016, p.24) vê o impeachment como um golpe. Ela argumenta que “[...] é um golpe jurídico. Porque numa defesa de argumentação jurídica a gente tem uma quebra de ato constitucional e porque não foi provado nenhum crime contra a Dilma. E a gente tem um golpe midiático porque todo esse golpe parlamentar e jurídico está muito galgado numa construção de narrativa das grandes mídias.”

em como o enunciado é construído.

Quando pensamos em um signo como *impeachment* é preciso vê-lo além de uma definição padrão - como um processo jurídico-político de impedimento. Isso porque, a palavra para Bakhtin é um produto ideológico vivo, tornando-se, assim, signo ideológico “porque acumula as entoações do diálogo vivo dos interlocutores com os valores sociais, concentrando em seu bojo as lentas modificações ocorridas na sociedade e, ao mesmo tempo, pressionando uma mudança nas estruturas sociais estabelecidas” (STELLA, 2012, p.178).

Ainda considerando o signo *impeachment*, é preciso compreender que a língua não é algo fixo, rígido, imóvel, e, sobre isso Volochínov (2013) atenta que ela se move e esse movimento se realiza na interação entre duas consciências - e possui, além de relação produtiva, relação verbal. “Na comunicação verbal, que é um dos aspectos do mais amplo intercâmbio comunicativo - o social -, elaboram-se os mais diversos tipos de enunciações, correspondentes aos diversos tipos de intercâmbio comunicativo social” (Volochínov, 2013, p.157).

24 anos e depois: o impeachment de Collor pela Folha de São Paulo

O primeiro objeto de discussão neste artigo é a edição número 23.186, do dia 25 de setembro de 1992, do jornal diário *Folha de São Paulo*. O critério de escolha foi o fato de a Comissão da Câmara aprovar a abertura do processo de impeachment de Collor. Um ponto que deve ser levado em consideração é o fato de que selecionamos as cinco primeiras páginas e de que Otávio Frias Filho é diretor de redação durante o impeachment de Collor e de Dilma.

Sabendo que a comunicação é um campo de estudos que comumente lança mão de outras áreas do conhecimento para suas reflexões (como a linguística e a Análise de Discurso, por exemplo), basemo-nos no pensamento de Mikhail Bakhtin, que define autoria como uma instância discursiva de caráter social (ou sócio-profissional) (ALVES FILHO, 2006). Além disso, Alves Filho (2006) pontua que, no caso de editoriais e artigos de opinião, existe uma *autoria institucional*, a qual pode ser representada pela imagem do editor do jornal. Levando em conta que Otávio Frias Filho⁶ é o diretor de

⁶ Corroborar-se essa decisão a partir de exemplos práticos, como o recurso especial 45032 à Lei de Imprensa, que coloca o diretor de jornal como responsável pelos editoriais não assinados. O recurso ainda pondera que o diretor do jornal deve responder por delitos praticados no editorial. Disponível em:

redação do diário Folha de São Paulo, os textos de opinião/editoriais serão referenciados em sua autoria, enquanto que os demais (na capa e nos demais cadernos), que não possuírem autor explicitado no texto, serão referenciados de acordo com as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

No dia 25 de setembro de 1992, a manchete do jornal Folha de São Paulo pontuava, literalmente, que mais uma barreira até a chegada do impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello havia sido vencida. A manchete diz que a “Comissão aprova parecer contra Collor; **só falta votação de terça**” (COMISSÃO, 1992, grifo meu). A chamada traz o seguinte texto:

O texto diz que Collor foi beneficiado pelo “esquema PC”, foi omissivo por não impedir a corrupção, faltou com decoro e mentiu à nação. O presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, enterrou a última esperança do Planalto para esvaziar a votação. Cancelou as sessões de fim-de-semana, liberando os deputados para se dedicarem às eleições municipais e voltarem na segunda a Brasília. Collor pode, assim, ter menos de uma semana no cargo. A votação deve ocorrer na terça. (COMISSÃO, 1992, p.1)

“Itamar já discute volta do ‘pacto’” é uma chamada que traz algumas das ideias do então vice-presidente Itamar Franco (PMDB) para a economia do país caso assuma a presidência. “O possível Governo Itamar Franco vai tentar realizar o pacto social, chamado de ‘entendimento nacional’, para tirar o país da **crise**. O modelo deve ser firmado entre governo, montadoras e trabalhadores para baixar o preço de veículos” (ITAMAR, 1992, p.1, grifo meu).

Já na página dois, que traz os artigos de opinião e editoriais do jornal, um posicionamento mais favorável à saída de Collor é perceptível. O editorial “Renúncia, mesmo tardia” argumenta que o apoio ao impeachment na Câmara dos Deputados parecia ser irreversível, já que o número de parlamentares pró-impedimento era de 378 (eram necessários 336). Além disso, a Folha comenta nesse texto o fato de os votos serem abertos, impedindo que os parlamentares ficassem escondidos sob o manto do voto secreto, e vê isso como um ponto positivo, pois “não se chega a uma medida tão extrema quanto o afastamento de um presidente da República por crime de responsabilidade - que exige um quórum de dois terços - sem o concurso de todos os

setores do parlamento” (FILHO, 1992, p.2). Contudo, é no último parágrafo desse artigo que o jornal fala ao leitor que a única solução é a saída imediata do presidente, seja pela instauração do processo, ou por uma última iniciativa, que era renunciar. “Derrotado na Alta Corte, vê aproximar-se inexoravelmente a votação na Câmara, sem que os últimos cartuchos do “esquadrão da morte” pareçam surtir efeito. Resta-lhe pouco tempo, talvez menos de uma semana, para tomar a derradeira iniciativa que lhe cabe: renunciar” (FILHO, 1992, p.2).

Ainda nessa seção do jornal, onde a Folha opina, o editorial “Saída anunciada” comenta os impactos da aprovação do processo de impeachment pela Comissão da Câmara. O texto classifica como “histórica” a decisão da comissão, além de afirmar que inúmeras personalidades governistas estavam deixando o governo, o que ilustraria uma perspectiva cada vez mais real de um inevitável afastamento do presidente. O editorial termina dizendo que “o fato de permanecerem um dia mais que seja nos seus postos, depois de terem anunciado a todo o país que pretendem deixar o Governo, só vem confirmar - de forma cabal - o estado de definhamento político extremo em que se encontra o atual presidente da República” (FILHO, 1992, p.2)

O colunista da época, Geraldo Ataliba, advogado e professor titular de direito da Universidade de São Paulo em 1992 escreve na página três sobre os passos formais do impeachment após a aprovação da abertura do processo. É um texto técnico, que apresenta explicações do caráter legal do impeachment, assim como os artigos presentes na Constituição Federal que descrevem o que caracteriza e como o processo deve ser desenvolvido após a aprovação na Câmara dos Deputados. Porém, apesar de não se posicionar em boa parte do texto, há um trecho que diz que “não é bom pra o Estado ter um chefe sob um processo vexatório, sem poder representar o país” (ATALIBA, 1992, p.3). Na mesma página, outro colunista, José Genoíno Neto (1992), afirma que a tendência mais provável para o desfecho de todo o imbróglio jurídico-político do impeachment era, mesmo, o afastamento de Collor. Além disso, que o povo pode abandonar legitimamente o processo democrático caso avalie que ele não está funcionando. Sobre Collor ele diz:

Seu desequilíbrio emocional e contínuo uso do dinheiro público pelos mercadores de consciências para decidir votos aceleram a exigência de afastamento. [...] **Acostumados a ver presidentes eleitos serem depostos por golpes militares, teremos um presidente afastado por**

um vigoroso movimento civil em decadência com os ritos prescritos na constituição e pelas leis que instruem os processos de crimes de responsabilidade. (GENOINO, 1992, p.3, grifo meu)

Na página quatro, a jornalista Flávia de Leon apresenta a matéria principal “A caminho do impeachment”. Seu texto, cujo título é “Comissão acata processo por 32 votos a um”. Ela explica que a partir daquele momento o processo de impeachment já estava no plenário da Câmara, e cita, pela primeira vez na edição do jornal, o nome completo do ex-presidente Collor. “Já está no plenário da Câmara dos Deputados o processo de impeachment do presidente Fernando Collor [...] O governo não foi defendido por nenhum deputado na sessão matutina da comissão” (LEON, 1992, p.4). Já a matéria secundária, intitulada “Para Gilmar, Supremo preferiu ‘levar as mãos’”, também de Flávia, comenta que o processo é um julgamento político, além de que Gilmar Mendes não está preocupado com o seu futuro pessoal. “Ele compartilha da certeza do governo que o impeachment não será aprovado na Câmara. Se aceitar, pode tirar férias em seguida” (LEON, 1992, p.4).

Por fim, na última página selecionada, a quinta, a matéria de destaque se chama “Ibsen define que votação do impeachment será no dia 29”, trazendo a linha-fina “Presidente da Câmara cancela as sessões de discussões marcadas para o fim de semana”. O texto afirma que “o novo cronograma, fixado ontem, pode derrubar as esperanças do governo, que conta com um possível esvaziamento do Congresso na próxima semana em função das eleições municipais para barrar o impeachment ou pelo menos empurrar a votação para depois das eleições” (IBSEN, 1992, p.5).

A matéria secundária busca explicar o passo-a-passo da votação, apresentando os encaminhamentos burocráticos. Logo abaixo, o texto chamado “Entidades querem parar SP durante a votação”, mostra que as entidades que formam o “Movimento Pela Ética na Política” planejavam parar São Paulo na terça-feira, dia da votação. Por fim, uma nota chamada “Rio protesta sem Brizola e sem Lula” põe o Rio de Janeiro como a cidade com a maior manifestação pelo impeachment do ex-presidente Collor.

Como já apontado, Volochínov (2013) não vê a língua como um objeto imóvel, mas, sim, algo que se move continuamente e seu movimento se realiza na relação entre homem e homem. “A enunciação se constrói entre duas pessoas organizadas socialmente e, se não há um interlocutor real, este vem pressuposto na pessoa, por assim

dizer, de um representante normal do grupo social a que pertence o falante” (Volochínov, 2013, p.126). Volochínov (2013) argumenta ainda que o centro organizador da enunciação está no exterior, no ambiente social. Portanto, ao levarmos em consideração os textos publicados nas páginas impressas do jornal, inevitavelmente percebe-se uma relação dialógica entre dois sujeitos: o que enuncia, através da escrita, alguma coisa; e o que lê - e sua reação, seja ela assertiva ou não, que também constitui o processo enunciativo. Ainda: Volochínov (2013, p.159) nos explica que a enunciação é composta de dois aspectos caros à nossa discussão: a situação e o auditório. Sobre isso ele diz que “*Situação não é senão a efetiva realização na vida real de uma das fontes, de uma das variedades, do intercâmbio comunicativo social. Chamaremos auditório da enunciação à presença dos participantes da situação*”.

A soma desses dois aspectos provoca a passagem da linguagem interior a uma expressão externa. Antes, ainda, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Bakhtin/Volochínov explica que o processo da fala - a passagem da linguagem interior para a exterior, é ininterrupto, e a enunciação surge como uma ilha num oceano sem limites - o discurso interior:.

A situação e o auditório obrigam o discurso interior a realizar-se em uma expressão exterior definida, que se insere diretamente no contexto não verbalizado da vida corrente, e nele se amplia pela ação, pelo gesto ou pela resposta verbal dos outros participantes na situação de enunciação. Uma questão completa, a exclamação, a ordem, o pedido são enunciações completas típicas da vida corrente. (Bakhtin/Volochínov, 2011, p.127-28).

Tomemos, então, inicialmente, a *situação* social do país em 1992. Com um PIB anual de -0,5%, inflação de 25,24% ao ano e um taxa de desemprego de 15,2% na Região Metropolitana de São Paulo, o Governo Collor estava colapsando - destaca-se, aqui, o fato de que o país estava em crise. O Plano Collor, lançado dois anos antes, havia deixado o país em choque, e a insatisfação dos empresários, da população (que sentia diretamente a alta inflação e o desemprego) e da própria classe política, levaram o ex-presidente ao processo de impedimento. O *auditório* pode ser considerado o público-leitor da Folha de São Paulo. Lançada em 1993, menos de um ano após a consolidação do impeachment, um pesquisa do Instituto Datafolha⁷ apontava para o perfil dos leitores

⁷ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/4/05/dinheiro/12.html>

do jornal. À época houve uma comparação deste público com um padrão norte-americano, sobretudo em relação ao consumo. Quatro anos mais tarde, em 1997, outra pesquisa⁸ mostra que o público era constituído quase que igualmente por homens e mulheres (51% e 49%, respectivamente); 20% de “trabalhadores por conta própria” e 6% de empregadores. Em relação à renda, 34% viviam em famílias com renda mensal superior a 30 salários mínimos (aproximadamente R\$ 3.600), quanto que outros 34% têm entre 15 e 30 salários mínimos. 43% estavam na classe A e 40% estavam na classe B; isso indica, de modo geral, que o público leitor da Folha de São Paulo durante a década de 1990 possuía um grande poder de consumo, comparado ao da população norte-americana, e que era economicamente ativo, sendo considerados de classe alta/média-alta.

O signo *impeachment* é empregado dentro dos enunciados (considerados aqui como os textos dos jornalistas do jornal e os editoriais), de modo geral, como algo necessário. A manchete da capa do dia 25 de setembro de 1992 diz que “Comissão aprova parecer contra Collor; **só falta votação de terça**”, apontando, na matéria de destaque, que o impeachment seria aprovado. Na chamada, ainda diz que “O presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, **enterrou a última esperança do Planalto para esvaziar a votação**”, o que leva o auditório a compreender que a aprovação do processo de impeachment é irreversível. Outra chamada, menor, põe o então ex-presidente Itamar Franco (PMDB) como um articulador nos bastidores, pois diz que “vai tentar realizar o pacto social, chamado de “entendimento nacional”, para tirar o país da **crise**”. Aqui, nesse ponto, é o único momento onde o impedimento do mandato do Collor é colocado como algo necessário para melhorar as condições (a situação, como exposto acima) do país.

Porém, são nos artigos de opinião e editoriais que a valoração ideológica do impeachment torna-se, pois, mais clara. A *Folha de São Paulo* visivelmente posiciona-se como um veículo de oposição à qualquer cenário onde Collor continuasse à frente do Poder Executivo do país na época. Em “Renúncia, mesmo tardia”, o texto afirma que “o presidente da república não deu mostra de perceber o quanto se torna insustentável, a cada dia que passa, a sua situação [...] Resta-lhe pouco tempo, através menos de uma

⁸ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc21069826.htm>

semana, para tomar a derradeira iniciativa que lhe cabe: renunciar”. É um enunciado moldado de acordo com as expectativas dos leitores e do contexto social do país na década de 1990. O texto “Saída anunciada”, ao classificar como grandiosa a decisão da Comissão da Câmara de acatar (com tamanha diferença de votos) o processo de impeachment e como definhante o mandato do presidente, reforça, de modo unilateral o enunciado anterior. Portanto, somando as composições textuais da capa e da página 2 da edição, o que é possível perceber é uma enunciação que não abre espaço para uma discussão plural, pois, o que predomina é uma imposição da opinião da *Folha de São Paulo*; até aqui, todos os textos dialogam com o signo ideológico *impeachment* da mesma maneira: como um processo legal que segue, após a aprovação na Câmara, um curso inevitável para sua aprovação; o jornal, ainda, oferece uma última alternativa antes da derrota vexatória que era prevista: a renúncia.

E, a partir da página três, onde os enunciadores, em tese, mudam, afinal os textos com autoria de jornalistas e outros profissionais começam a aparecer, o enunciado do jornal continua o mesmo. O professor e advogado Geraldo Ataliba, colunista na época, é autor das justificativas técnicas-jurídicas do impeachment. A ele cabe, nessa seção do jornal, trazer a valoração estável do processo, apontando os termos legais e mostrando, ao auditório, uma explicação legal (somando aqui os artigos presentes na Constituição Federal). Porém, sua presença apenas reitera o enunciado favorável ao impeachment do jornal. José Genoíno Neto, também em coluna, trata o impeachment como um reflexo da democracia. Um reforço dentro do movimento civil do país. Novamente, não há questionamento sobre a legalidade e/ou a validade do processo. Há, mesmo em colunistas/convidados que não fazem parte do corpo e da redação do jornal, uma consonância enunciativa que, inevitavelmente, demonstra que não havia um campo de discussão ou um embate na valoração sógnica.

De autoria da jornalista Flávia de Leon, a matéria principal da página quatro fala, enfim, sobre a votação na Comissão da Câmara, explicando que o governo pouco havia sido defendido; por fim, a última página selecionada neste estudo apresenta os trâmites burocráticos do processo de impeachment de Collor, dando destaque para uma explicação de como cada passo seria dado; em uma nota, no canto da página, fala-se sobre o “Movimento Pela Ética na Política”, que planejava organizar uma manifestação

no dia da votação. Assim, no fim do recorte com o qual dialogamos, é possível notar que não houve, nesta edição d'A Folha de São Paulo, uma abertura para o confronto ideológico que Bakhtin/Volochínov (2011) falam em Marxismo e Filosofia da Linguagem “O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes. Esta pluralidade social do signo ideológico é um traço da maior importância”. Essa pluralidade do signo é inexistente, pois ele foi, nesse caso, dotado de valores técnico-jurídicos que dão uma estabilidade semelhante à sua definição de dicionário, sendo posto como algo necessário para manter a ordem do país. O jornal propõe a renúncia, coloca o mandato como em definhamento, apresenta editoriais e colunistas que visivelmente são contrários às políticas adotadas pelo ex-presidente Collor, criando, assim, um enunciado geral onde o processo de impeachment, que havia acabado de ser aprovado pela Câmara - e, portanto teria pelo menos mais duas votações - estava consumado, e o futuro do país, nas mãos do então ex-presidente Itamar Franco, seria melhor.

O impeachment de Dilma Rousseff

Tomemos como objeto de estudo a edição número 31.786 da *Folha de São Paulo* do dia 12 de abril de 2016. Otávio Frias Filho, assim como na cobertura do impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello, é o chefe de redação; também, seguindo o critério escolhido para o estudo das matérias, a edição do jornal foi publicada um dia após o julgamento do relatório do processo de impeachment pela Comissão da Câmara dos Deputados, que acatou o pedido por 38 votos a 27, o que visivelmente mostra que o cenário em que ocorreu o processo é diferente do anterior, pois a unanimidade a favor do impeachment não existe mais.

A manchete principal diz que “Impeachment avança em Comissão, por 38 votos a 27”, com a linha-fina “se proporção de 58% se repetir no plenário, pedido de abertura do processo contra Dilma será arquivado”.

Por 38 a 27, a comissão da Câmara que analisou o pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT) avalizou relatório de Jovair Arantes (PTB-GO), favorável ao impedimento **com base em crime de responsabilidade. Eram necessários 33 votos para aprovação.** Se a proporção do resultado na comissão se repetir, haverá 300 votos, 42 a menos que o preciso para levar o processo ao Senado. A previsão é que a votação seja domingo (17). (IMPEACHMENT, 2016, p.1, grifo meu)

A capa dá destaque para o aspecto econômico do impeachment, afirmando que a

expectativa da aceitação do pedido fez o dólar comercial recuar 2,83%, para R\$ 3,49, a menor marca desde agosto de 2015. Seguindo as chamadas, um texto que destaca o áudio vazado pelo então vice-presidente Michel Temer. “Em áudio, Temer faz plano de governo”, tendo como texto, logo abaixo “Dilma afirmou que “caiu a máscara do **conspirador**”. O ministro Jaques Wagner (Gabinete da Presidência) disse que Temer deveria renunciar se governo barrasse o pedido de impeachment. Outra chamada “Derrota por pouco não é boa para o Planalto”, de Igor Gielow (2016, p.1), atenta para a dificuldade de articulação política do PT. Por fim, a última chamada destaca a postura do vice-presidente Michel Temer, afirmando que “Antes decorativo, vice-presidente se mostra ansioso”; o texto de Bernardo Mello Franco explica que “na carta que agravou a crise, Temer disse ser tratado como um vice decorativo. Às vésperas da votação do impeachment, parece um vice ansioso. Deixa claro que não só pede votos pelo impeachment, como já ensaiou discurso contra Dilma” (FRANCO, 2016, p.1).

Na página dois, destacam-se os editoriais “O Legado de Dilma”, que põe a economia como principal problema no governo da ex-presidente, principalmente em relação aos problemas envolvendo a Petrobrás. O texto termina afirmando que “não se sabe quando nem de que forma terminará o governo Dilma Rousseff, mas já se sabe que presidente deixará um **legado histórico de destruição incomparável**” (FILHO, 2016, p.2); já o segundo editorial aborda a legalidade do processo de impeachment, que foi duramente criticado e chamado de “golpe”. O texto afirma que o impeachment é um processo político com base jurídicas, cujo julgamento não é, necessariamente, técnico. Destacamos o final do editorial, que afirma ser “mais fácil transformar o Brasil numa monarquia ou aprovar qualquer outra alucinação constitucional - para o que são necessários $\frac{3}{5}$ dos parlamentares - do que tirar um presidente. Se o governo cair, não assistiremos a um golpe, mas ao sepultamento de um cadáver político” (Schwartzman, 2016, p.2).

Já a página quatro é dedicada a uma só matéria, com o título “Por 38 a 27, a Comissão aprova o relatório pró-impeachment”. A linha-fina afirma que “autor do parecer apontou graves indícios de crime de responsabilidade”. A matéria possui um infográfico com as informações sobre a votação na Comissão, além de um gráfico cujos números favoráveis aparecem em amarelo e os contrários em preto; há, também o

cronograma da votação e um outro infográfico onde constam as acusações contra Dilma, sua defesa e o relatório explicados. O texto afirma que “A derrota, esperada pelo governo, agrava a delicadíssima situação do Planalto. O final da votação foi acompanhado por uma desordem generalizada na comissão, com coros a favor e contra o impeachment dos dois lados” (BRAGON, 2016, p.4). E termina com o então advogado da ex-presidente, José Eduardo Cardozo afirmando que, caso o processo de impeachment fosse aprovado, entraria para a história como o “golpe de abril de 2016”.

Na última página selecionada, a quinta, há uma matéria, apenas. Boa parte da página é dedicada a uma imagem dos Deputados Federais na Comissão; no rodapé da página há uma análise do cenário político do país, feita pelo colunista Oscar Vilhena. Ele afirma que houve imparcialidade por parte do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, na condução do processo. Surge, aqui, a hipótese de que a rapidez como tudo foi conduzido foi uma forma de vingança pessoal de Cunha contra a presidente, que havia retirado o apoio a Cunha na Comissão de Ética. Vilhena (2016, p.5) afirma que “Por fim, o governo e os partidos da base certamente impugnarão o próprio mérito do pedido de impeachment [...] Seriam práticas legítimas de gestão financeiras, não tipificadas como crime de responsabilidade [...] A oposição venceu a primeira batalha. Há, porém, longo caminho pela frente. No plenário, **nas ruas** e no Supremo Tribunal Federal.”

Segundo uma pesquisa pública do próprio jornal, cerca de 60% do público-leitor é composto por pessoas de classe A e B, enquanto que 37% por pessoas da classe C; 53% são mulheres e 47% são homens e mais da metade dos leitores têm faixa etária entre 18 e 44 anos. 80% dos leitores têm nível superior, enquanto que apenas 4% possuem apenas o ensino fundamental. Segundo a Folha, 48% dos leitores possui renda igual ou superior a R\$ 8,8 mil. Porém, para evidenciar de forma mais clara o posicionamento ideológico do jornal, é necessário que consideremos, neste caso, um outro grupo social como também constituinte do *auditório* da Folha de São Paulo: são esses os próprios congressistas. Justifica-se, pois, essa mudança no ponto de análise em relação ao impeachment de 1992 por conta da própria *situação* do processo, que muito se diferente tanto em procedimentos quanto em adesão. Retomemos, antes, a discussão acerca do auditório social. Marina Yaguello, no prefácio de *Marxismo e Filosofia da Linguagem* argumenta que a enunciação é uma réplica do diálogo social, sendo assim a

unidade básica da língua. Ainda: a enunciação faz parte tanto do diálogo interior, compreendido aqui como o diálogo consigo mesmo, quando exterior. Ela ainda explica que:

Ela é de natureza social, portanto ideológica. Ela não existe fora de um contexto social, já que cada locutor tem um “horizonte social”. Há sempre um interlocutor, ao menos potencial. O locutor pensa e se exprime para um auditório social bem definido. “A filosofia marxista da linguagem deve colocar como base de sua doutrina a enunciação, como realidade da língua e como estrutura sócio-ideológica.” (Bakhtin/Volochínov, 2011, p.17).

Isso porque, se retornarmos aos trechos selecionados da capa do jornal citados acima, especificamente da linha-fina da manchete principal, que diz que caso a mesma proporção de votos favoráveis à abertura do processo na Comissão continuasse no plenário da Câmara, o impeachment seria arquivo. Entende-se, pois, que esta informação também é direcionada aos próprios deputados que receberiam essa informação em algum momento. Há de ser feita uma relação com a conceituação da mídia como um “quarto poder”, juntando-se ao Executivo, Legislativo e Judiciário, abrindo mão apenas de ser um mediador. Mainenti (2014, p.49) explica que “As notícias tendem a possuir um conteúdo ideológico, que decorre das práticas profissionais, aponta Stuart Hall (1978): ‘As notícias podem ser um produto para a amplificação dos poderes dominantes, para a definição do legítimo e do ilegítimo, do normal e do anormal e para a sustentação do status quo.’”.

Torna-se mais clara uma tentativa do jornal determinar uma valoração ideológica ao signo *impeachment* como um meio necessário para resolver a *situação* do país, que, em 2016, era considerada problemática. No primeiro semestre de 2016, quando ocorreram as votações que deram início aos trâmites do processo de impeachment, a taxa de desemprego estava na casa dos 8,5% (e com tendências a continuar aumentando); a expectativa era que a inflação do ano batesse na casa dos 7,5% e que o dólar, apesar de ainda alto, caía à medida que o processo avançava, conforme indicava o “termômetro” do impeachment de vários jornais do país⁹. Ou seja, quando comparamos as motivações, sobretudo, percebemos que a situação social do Brasil em 1992 e em 2016, ilustrada pela Folha de São Paulo, são demasiadamente semelhantes.

O posicionamento a favor do impeachment é claro nas páginas de opinião, que

⁹ Informações retiradas do próprio site da *Folha de São Paulo*. Disponível em folha.uol.com.br/mercado

colocam a situação econômica do Brasil na época como um dos principais “legados” do Governo. Além disso, o outro editorial toca num assunto caro à análise, que é justamente a valoração do impeachment. O texto afirma que o processo não pode ser considerado um “golpe”, como vinha afirmando o então advogado da ex-presidente, José Eduardo Cardozo, e outros simpatizantes do governo Dilma. Percebemos, aqui, que o signo ideológico *impeachment* cai justamente naquele arena onde se desenvolvem as lutas de classe de que falam Bakhtin e Volochinov (2011), pois há dois grupos ideologicamente opostos confrontando-se pela significação do signo. Percebe-se isso no livro *Mídia, Misoginia e Golpe*, no qual, em entrevista, Camila Valadão (SOUZA et al, 2016, p.36) afirma que o impeachment “É um golpe que rearranja as forças que compõem a institucionalidade no Brasil, mas sobretudo é um golpe contra nós, porque é um golpe contra os nossos direitos, é um golpe contra as políticas sociais, de maneira geral, para colocar em marcha um conjunto de medidas de retrocesso”. Outro trecho referente à situação diz que “a participação da mídia sempre respondeu aos interesses de classe, mas nesse período isso ficou mais explícito e mais acentuado. À medida que as contradições no País se ampliam, a mídia se posiciona de forma muito declarada” (SOUZA et al, 2016, p.36)

As demais páginas selecionadas (4 e 5) reforçam os enunciados já citados. Na primeira, por exemplo, é ressaltado na linha-fina o crime de responsabilidade cometido por Dilma Rousseff, nunca sendo necessariamente aprofundado. O infográfico utilizado serve, de certa maneira, para exemplificar as discussões. E, na última, novamente o posicionamento do jornal favorável ao impeachment fica claro, assim como rapidamente é questionada a legalidade do processo - quando surge a hipótese que ele seria uma vingança de Eduardo Cunha.

CONSIDERAÇÕES

Portanto, levando em considerações as proposições teóricas de Mikhail Bakhtin e Valentin Volochinov acerca do signo ideológico e da construção da enunciação, foi possível perceber que o signo *impeachment* é valorado de diferentes formas de acordo com o auditório e a situação social envolvida. Como visto, apesar da situação ser diferente em 1992 e 2016, pois a popularidade do ex-presidente Collor e os índices econômicos do país estavam muito ruins, o auditório, em tese, manteve-se bastante

semelhante, uma vez que a Folha de São Paulo continua tendo seus assinantes e leitores majoritariamente incluídos em classes economicamente altas. Porém, a abordagem manteve-se quase a mesma, com o jornal posicionando-se favoravelmente aos processos de impeachment e criticando tanto o governo Dilma quanto o governo Collor em seus editoriais; a diferença se dá na forma como o processo da petista foi conduzido - e sendo acatado por Eduardo Cunha, que publicamente era opositor do governo e muito criticado pelas denúncias de corrupção contra ele -, que levou a uma segunda valoração do signo *impeachment*, que é, justamente o *golpe*.

REFERÊNCIAS

- FILHO, O. F. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 25 set. 1992, p.2.
 _____ . **Folha de São Paulo**. São Paulo, 12 abril 2016, p.2.
- ATALIBA, G.. **A suspensão do presidente no impeachment**. *Folha de S.P*, São Paulo. P. 3, 25 set. 1992.
- NETO, J. G. **Democracia na encruzilhada**. *Folha de S.P*, São Paulo.p.3 25 set.1992.
- LEON, F. **Para Gilmar, Supremo preferiu ‘lavar as mãos’**. *Folha de S.P*, p. 4, 25 set. 1992.
- GIELOW, I. **Derrota por pouco não é boa para o Planalto**. *Folha de S.P*, São Paulo, p. 1, 12 abril 2016.
- FRANCO, B. M. **Antes decorativo, vice-presidente se mostra ansioso**. *Folha de S.P*, São Paulo, p.1, 12 abril 2016.
- SCHWARTSMAN, H. **Constituinte e Sanidade**. *Folha de S.P*, São Paulo, p.2, 12 abril 2016.
- BRAGON, R. et al. **Por 38 a 27, comissão aprova relatório pró-impeachment**. *Folha de S.P*, São Paulo, p.4, 12 abril 2016.
- VILHENA, O. **Decisão deverá dar início a uma nova batalha, dessa vez no campo judicial**. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p.5, 12 abril 2016
- COMISSÃO** aprova parecer contra Collor; só falta votação de terça. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 set. 1992, Capa, p.1
- ITAMAR** já discute volta do “pacto”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 set. 1992, Capa, p.1
- IBSEN** define que votação do impeachment será no dia 29. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 set. 1992, Brasil, p.5
- IMPEACHMENT** avança em comissão, por 38 votos a 27. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 abril 2016, Capa, p.1
- VOLOCHINOV, V. N. **A construção da enunciação e outros ensaios**. São Carlos: Pedro&João. 2013.
- BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV, V. N.). **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico nas ciências da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2011.
- STELLA, P. R. In. BETH, B.. **Bakhtin: conceitos-chave**. 5 ed. São Paulo: Conteto, 2012.
- SOUZA, J. K. L. L. de. [et al.]; org. GERALDES, E. C. [et al.]. **Mídia, Misoginia e Golpe**. 1. ed. – Brasília: FAC-UnB, 2016. 316 p.
- MAINENTI, G. M. P. **O jornalismo como quarto poder: a liberdade de imprensa e a proteção aos direitos da personalidade**. ALCEU - v. 14 - n.28 - p. 47 a 61 - jan./jun. 2014
- JÚNIOR, B. S; CASARÕES, G. S. P. **O impeachment do presidente Collor. A literatura e o processo**. Lua Nova, São Paulo, 82: 163-200, 2011
- ALVES FILHO, F. **A autoria institucional nos editoriais de jornais**. Alfa, São Paulo, 50 (1): 77-89, 2006